

SISTEMA FAEP



**Mala Direta
Postal
9912271704-DR/PR
SENAR**

CORREIOS

BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVII nº 1212 - 15/04/2013 a 21/04/2013

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

PEEC 37 NÃO À CORRUPÇÃO E À IMPUNIDADE?

Inflação

Com ela não se brinca

Defensivos

Fila de 117 anos

Trigo

Um Filme de 2008

Aos Leitores



Um gradual movimento está ocorrendo na sociedade brasileira, tirando-a da inércia diante da incrível repetição de episódios de corrupção e impunidade. Desta vez o rastilho que está alterando o comportamento de milhares de brasileiros é o movimento liderado pelo Ministério Público contra o Projeto de Emenda Constitucional 37 – mais conhecida pela sigla PEC 37.

O Projeto que esconde interesses pessoais de parlamentares envolvidos em investigações cabeludas, propõe que o Ministério Público não levante a poeira existente debaixo de muitos tapetes, deixando as ações exclusivamente à Polícia. Tem sido graças ao MP que a população, sistematicamente, tem tomado conhecimento de muitos horrores feitos com o dinheiro público ou do esfacelamento de quadrilhas de narcotraficantes, por exemplo. A FAEP juntou-se à entidades nacionais e internacionais, a milhares de brasileiros que abonaram abaixo-assinados e às autoridades que desejam o império da ética na Nação, pregando que o Congresso diga um rotundo “NÃO” a esta famigerada PEC.

É o que os brasileiros dignos esperam. A matéria de capa deste BI traz detalhes sobre essa campanha do MP num trabalho da jornalista Cynthia Calderon, também coordenadora de Comunicação da FAEP.

Índice

Não à PEC	03
Imposto de Renda	08
Inflação	09
Trigo Importado	13
Defensivos	14
USDA	16
Leite	18
Opinião	22
Notas	24
Memória	25
Feijão	26
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação:** Hemely Cardoso e Katia Santos | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figueil

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Não à PEC 37

Ministério Público e sociedade se mobilizam contra a impunidade

Por Cynthia Calderon

Brasil contra a IMPUNIDADE!



Campanha em defesa do poder investigatório do Ministério Público e de outras Instituições

Quem não lembra das últimas investigações dos “crimes de colarinho branco” como o mensalão, e no Paraná, os funcionários fantasmas da Assembleia? Nomes impensáveis foram para o banco dos réus motivadas por investigações do Ministério Público, agora ameaçado de perder esse poder se a Proposta de Emenda à Constituição número 37 for aprovada no plenário da Câmara Federal.

A PEC 37 ou como ficou conhecida a “PEC da Impunidade” levou a sociedade a realizar manifestações contra a sua aprovação em diversas cidades brasileiras. No Paraná os atos públicos aconteceram em Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Londrina, Santo Antônio da Platina, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Paranavá e Curitiba.

Virou destaque nas redes sociais e obteve ampla cobertura e apoio de toda a imprensa nacional. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa sintetizou: “Acho péssimo, péssimo. A

sociedade brasileira não merece uma coisa dessas”.

Além de conscientizar a população os servidores do Ministério Público estão coletando assinaturas durante as manifestações contra a aprovação da proposta.

Representantes de diversas entidades do Paraná já assinaram moções contra a PEC 37 (confira no site: brasilcontraimpunidade.com.br). Entre eles o presidente da Federação da Agricultura, Ágide Meneguette, o governador Beto Richa, o prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Clayton Coutinho de Camargo, o arcebispo metropolitano de Curitiba, Dom Moacyr Vitti, o senador Álvaro Dias, Maria Tereza Uille Gomes, secretária da Justiça e Cidadania, entre outros.

O senador Álvaro Dias (PSDB), da tribuna do Senado, fez um apelo contra a aprovação da PEC 37. “Não à PEC 37! Não à PEC da impunidade. Esse é um clamor uníssono da sociedade brasileira representada por cidadãos de bem e que lutam pela ética e pelo Estado Democrático de Direito”.

Desistir do combate?

Para o promotor de justiça Francisco Zanicotti, Coordenador Executivo da Procuradoria Geral para Assuntos Administrativos, que participou na quarta-feira (10) da manifestação reunindo mais de 300 pessoas em Maringá, o apoio da sociedade reflete a atuação do Ministério Público no combate a corrupção.

“Isto é resultado do dia a dia do Ministério Público em defesa da sociedade. Se não tivéssemos uma atuação firme nosso discurso seria vazio e a sociedade não estaria se mobilizando”.

Em Brasília o clima é tenso entre o Congresso Nacional e o procurador-geral da República, Roberto Gurgel. “Sem exageros, (se a PEC 37 for aprovada) podemos dizer que o Brasil desistiu do combate à corrupção e da luta contra a impunidade”.

Segundo ele, a PEC nasceu de setores de entidades corporativas da Polícia que se sentiram ameaçadas, mas, a partir de determinado momento, os interesses que têm levado a PEC 37 a prosseguir na tramitação, já se distanciaram daqueles corporativos. “Hoje, são muito mais do interesse daqueles que foram ou são alvo do MP”, defendeu.

Entenda a PEC 37

A PEC 37 pretende tirar o poder de investigação criminal dos Ministérios Públicos Estaduais e Federal, modificando a Constituição atribuindo exclusivamente às polícias Federal e Civil a competência para a investigação criminal. Além disso, determina que o Ministério Público não terá como atribuição conduzir apurações sobre indícios de crime. A proposta de autoria do deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), ex-delegado e ex-secretário de segurança do Maranhão, foi aprovada em comissão especial, com relatoria do deputado Fábio Trad (PMDB-MS).

Segundo o Ministério Público do Paraná “A PEC 37 atenta contra o regime democrático, a cidadania e o Estado de Direito e pode impedir também que outros órgãos realizem investigações, como a Receita Federal, a COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), o TCU (Tribunal de Contas da União), as CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito), entre outros”.

Em todo o mundo, apenas três países vedam a investigação do MP: Quênia, Indonésia e Uganda.



Os autores

A PEC 37 está para ser votada na Câmara Federal. A proposta foi aprovada em Comissão Especial da Câmara dos Deputados em 21 de novembro de 2012, por 14 votos a 2. No dia 21 de fevereiro deste ano, o deputado Arthur Lira apresentou ao Plenário da Câmara Federal pedido de inclusão da PEC 37 na ordem do dia, para que seja pautada e votada.

Lira é líder do PP e tem motivos pessoais para apressar a votação. Matéria do jornal "O Globo", de 06/02/2012 informou que ele responde a oito processos por esquema de fraudes e desvio de R\$ 302 milhões da folha de pagamento da Assembleia Legislativa de Alagoas, desbaratado em 2007 pela Polícia Federal.

Ainda segundo a matéria do jornal carioca, "na época, responsável pela denúncia, o então procurador-geral do Ministério Público de Alagoas, Coaracy Fonseca, denunciou ameaça de morte - o que gerou outra acusação a Arthur Lira". Ele ainda responde a dois processos criminais penais por coação e ameaça.

Arthur é filho do senador Benedito de Lira (PP-AL), envolvido no escândalo dos "sanguessugas", em 2006, onde uma quadrilha desviava dinheiro público destinado à compra de ambulâncias.

Em nota no seu site o Ministério Público afirma que "não quer substituir as instituições policiais no trabalho de polícia judiciária, nem pretende competir com as polícias. Quer apenas garantir que a Constituição Federal seja respeitada e que o MP possa realizar o controle externo da atividade policial e o controle da gestão pública".

Manifestação Nacional

Em 24 de abril, em Brasília, num ato nacional, será realizado o Simpósio Brasileiro Contra a Impunidade, no auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). "Esperamos a sensibilização dos deputados. Que eles ouçam a sociedade entendendo que somente aos corruptos interessa a modificação da Constituição Brasileira", conclui o promotor Zanicotti.

Entre no site www.youtube.com e digite "V contra PEC" e assista ao vídeo.



"Os brasileiros éticos e dignos estão cansados da corrupção e da impunidade que vicejam e corroem a Nação. Os parlamentares do nosso estado e do país não voltarão as costas aos desejos da ampla maioria da população. Eu espero que digam um NÃO à PEC 37".

Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP

Pode ou deve o Ministério Público investigar?

Gilberto Giacoia*



Fotos: Divulgação

Gilberto Giacoia procurador-geral de Justiça do Paraná, e o procurador de justiça Francisco Zaniccotti.

A questão do poder de investigar do Ministério Público, envolvida na discussão da PEC-37, é muito mais profunda do que, em princípio, possa parecer. Radica no modelo de Estado que se quer adotar para a gestão da sociedade moderna. Sem dúvida, no Brasil, pelo menos nas últimas duas décadas - caracterizadas por um redimensionamento da administração pública, com expressiva ampliação dos quadros funcionais, preenchidos por critérios pouco técnicos, sob forte influência de loteamentos políticos - tornou-se cada vez mais importante o desenvolvimento de mecanismos de controle aptos a coibir os desmandos administrativos, as irregularidades e distorções extraídas do desprezo

aos princípios da impessoalidade e moralidade, o afastamento da probidade nas instâncias dos mais diferentes poderes, a corrupção capilarizada e, não raras vezes, até mesmo institucionalizada, no regime republicano ultramar (a partir do centro).

De tão forte viés histórico e resistente ranço autoritário, expandiu-se, na base do nosso movimento de retomada democrática, saudável processo de reforma normativa. O Ministério Público, filho dileto dessa bandeira de luta na defesa da sociedade, vem protagonizando parte desse movimento cívico de transparência Brasil, notabilizando-se em sua atuação proativa na implementação de leis de claro alcance social, como as da improbidade administrativa, responsabilidade fiscal, lavagem de dinheiro, ficha limpa, acesso à informação. Esse papel do Ministério Público não é, aqui, uma anomalia jurídica ou um fenômeno isolado, mas, em todo mundo democrático, vem ele ganhando maiúsculo status constitucional, habilitando-se com garantias que o fazem capaz de fazer prevalecer o governo das leis sobre o governo dos homens.

Ao se defender a manutenção do poder de investigar do Ministério Público não se está, pois, a adotar postura meramente corporativa, nem apenas a se invocar o que há de mais avançado nas democracias modernas (nos países mais desenvolvidos, o MP não só detém, como comanda a atividade investigatória que é, assim, organizada de seu gabinete, pois é a instituição a destinatária imediata dela, como titular exclusiva da ação penal pública), afastado de modelos políticos não tão democráticos (hoje limitados a três, Uganda, Indonésia e Quênia, que vedam a investigação ministerial).

Está, sim, reafirmando-se o impostergável garante de que a democracia brasileira está consolidada, não mais se aceitando golpes contra o povo, dele retirando ou lhe restringindo direitos, como o de alcançar, finalmente, um mundo de iguais, tanto mais justo quanto mais honesto com os valores morais.

Está-se, ainda, prestigiando a própria polícia, que continua a contar, em sua função precípua de investigar, com a parceria do Ministério Público, dotado das necessárias garantias, como a da inamovibilidade, na suplementação de atividades investigatórias que lhe permitam não só exercer seu eficaz controle externo, como atingir as teias do crime organizado, os tentáculos da improbidade administrativa, os abusos do poder político e econômico e, enfim, o núcleo duro do desequilíbrio social que gera a exploração e a exclusão, de modo a prosseguir nesse caminho sem volta de um Brasil cada vez melhor e mais justo. Dizer não à PEC 37, portanto, é dever ético da cidadania digna brasileira, tão heroicamente conquistada.

Contra a impunidade

À milhares de brasileiros e entidades nacionais e internacionais que já assinaram a moção contrária à aprovação da PEC 37 (www.mp.pr.gov.br), juntaram-se autoridades dos três poderes em todos os estados e em Brasília.

“Acho péssimo, péssimo. A sociedade brasileira não merece uma coisas dessas”.

Joaquim Barbosa,
presidente do STF



“Se a PEC for aprovada o Brasil desistirá do combate à corrupção e da luta contra a improbidade”

Roberto Gurgel - Procurador geral da República



“O não à PEC é um clamor uníssono da sociedade brasileira”

Senador Álvaro Dias



“Os braços do MP é a grande segurança contra os desvios de conduta”

Beto Richa - Governador do Estado do Paraná



“Sou testemunha do papel fundamental do Ministério Público contra a corrupção e a impunidade”

Gustavo Fruet - Prefeito de Curitiba

Dia 30 é a data fatal

Dicas para manter manso o Leão da Receita

Termina no dia 30 de abril o prazo para declarar o Imposto de Renda. O produtor rural precisa estar atento a muitos detalhes, entre eles a declaração do livro caixa onde ele tem o controle das receitas e despesas das atividades na propriedade. Quem explica ao BI é o assessor jurídico do Sistema FAEP, Eleutério Czornei. Segundo ele, o produtor deve anotar mensalmente toda a movimentação financeira no livro caixa.

1) Quem deve declarar?

- A pessoa que teve rendimento tributável anual superior a R\$ 24.556,65;
- A pessoa que teve rendimento bruto na área rural superior a R\$ 122.783,25;
- A pessoa que teve rendimento isento e não tributado anual superior a R\$ 40.000,00;
- A pessoa que teve a posse ou propriedade de bens e direitos, inclusive a terra nua, cuja somatória ultrapasse R\$ 300.000,00.

2) Por que o produtor deve fazer a declaração, além de estar em dia com a Receita Federal?

Se o produtor não está em dia com a Receita Federal há implicações de multas e não terá acesso ao crédito e ao financiamento rural. Além disso, quando ele faz a declaração, que é obrigatória, ele faz o planejamento tributário na propriedade.

3) Ou seja, declarar significa que o produtor está se organizando, planejando as finanças?

Com o planejamento financeiro, o produtor pode saber o que está acontecendo na propriedade. Pela declaração ele vai saber sobre o seu rendimento e passa a ter um controle sobre a propriedade.

4) Em relação ao livro caixa, como o produtor pode se organizar?

O livro caixa organiza e controla todas as receitas e despesas do produtor mensalmente, onde ele pode fazer um planejamento e se programar de quanto terá que pagar de imposto de renda no ano seguinte. O controle ajuda na hora de declarar porque toda a documentação, as notas fiscais, por exemplo, já estará organizada. No caso de dúvidas, o produtor deve procurar o sindicato rural mais próximo.

- Os rendimentos da área rural deverão ser comprovados através de escrituração no livro CAIXA, das notas fiscais de venda da produção;
- As despesas da área rural deverão também estar escrituradas no livro CAIXA;
- Todos os rendimentos recebidos pelo contribuinte e/ou seus dependentes deverão ser declarados, não importando se da área urbana ou rural;
- Os rendimentos da área urbana são comprovados através de declarações fornecidas pelas fontes pagadoras.

Deduções

- Dependentes: o limite de dedução por dependente é de R\$ 1.974,72;
- Educação: o limite de dedução é até R\$ 3.091,35 (escolas) por dependente;
- Despesas médicas: não há limite para gastos com saúde, desde que comprovados.

Ganho de Capital

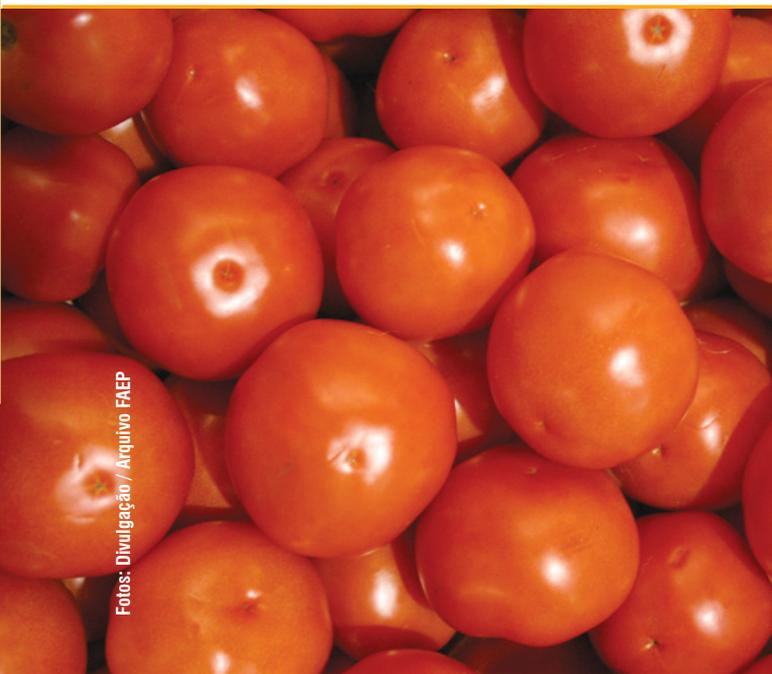
- É o lucro obtido quando se transfere qualquer bem móvel ou imóvel, nos valores acima de R\$ 35.000,00, que poderá estar sujeito ao pagamento do Imposto sobre Ganho de Capital, alíquota 15%.
- O ganho de capital não incide só no lucro, ele incide sobre heranças recebidas, divisão de bens em caso de separação, entre outros.
- Para apuração do ganho de capital deverá ser preenchido o programa próprio da receita federal, bem como deverá ser consultada a legislação própria para usufruir de isenções.

Fonte: Receita Federal



O molho da inflação

No passado, o chuchu, ontem o tomate e a cebola. Qual o próximo?



Fotos: Divulgação / Arquivo FAEP



Em 1977 o governo substituiu o preço do chuchu do cálculo da inflação e colocou em seu lugar abobrinha, beringela e outros hortigranjeiros cujos preços não estivessem subindo tanto. Foi a “inflação do chuchu”, como ficou conhecida, e que ameaçava a meta do custo de vida anual em 35%. Esse índice foi “fichinha” pelo que veio à frente. Em 1989, atingiu 1.973% ao ano e o recorde foi batido em março de 1990, quando a taxa alcançou 82% em 31 dias. Entre 1990 a 1994 média anual foi de 764%. No ano seguinte FHC lançou o Plano Real.

Difícilmente o governo pisará no tomate extirpando dos cálculos da inflação os meteóricos aumentos das últimas semanas. O tomate deverá ganhar companhia da cebola e outros produtos nas bem humoradas charges na Internet e nos jornais, enquanto o mercado não se estabilizar. Ou seja, um equilíbrio na oferta e procura, se São Pedro colaborar.

No índice mensal de março, a cebola roubou do tomate o posto no topo do ranking de alimentos que mais subiram no mês. Comparado com fevereiro, o preço da cebola subiu 21,4%, a cenoura ficou 14,9% mais cara e o feijão teve alta de 9%. Logo depois, tomate e batata foram os produtos que mais subiram de preço, com crescimento de 6,1%.

Os dados do IBGE, porém, revelam que a inflação em 12 meses está subindo sem parar desde junho do ano passado. A taxa foi de 4,92% para 6,59% nesse período.

As projeções dos economistas apontam para o ano terminando em 5,7%. Mas pode ser maior porque a cada momento há uma novidade. O tomate virou vítima porque em um ano aumentou 122%. Seus primos do grupo dos tubérculos, raízes e legumes, que também inclui itens como cebola, cenoura e pimentão, aumentou de preço em 89%. As hortaliças e verduras tiveram alta de 25%. Esses são produtos que foram atingidos por fatores climáticos locais. Chuva excessiva ou seca. E isso é sazonal, pode melhorar nos próximos meses. Mas a MB Associados divulgou uma análise dizendo que feijão e leite estão com pressões que não tinham sido previstas.

O reajuste de preço aconteceu mesmo com a desoneração de tributos da cesta básica, porque a produção não acompanhou a demanda interna e os preços subiram naturalmente.

Tomate não é ouro

Quem não acha graça são os produtores de Marilândia do Sul, no Norte do estado, município que ostenta o título de maior produtor de tomates do estado. Em sua totalidade donos de pequenas propriedades, se irritam ao constatarem que são alvos de informações da imprensa que aponta os produtores como culpados do disparo dos preços. “O que estão dizendo por ai são besteiras sem conhecimento. O produtor não está ganhando ouro com o tomate”, afirma o produtor rural Eliseu David.

Fotos: Divulgação / Arquivo FAEP



A aritmética de David

David, 38 anos, há mais de duas décadas é produtor de olerícolas (tomate, cenoura e beterraba) e chegou a cultivar 200 mil pés de tomates, mas hoje tem apenas 15 mil pés, que se espalham por três hectares de suas terras.

“Em 20 dias vou colher minha safra e se conseguir vender a caixa com 23 quilos a R\$ 80,00 vou empatar com o custo de produção – sementes, adubo e defensivo”, desabafa. O maior problema, porém, é o clima e suas variações. A chuva, principalmente, pois se o produtor aplica um adubo hoje vem à chuvarada e lava tudo. “O que a gente faz?”, ele questiona, “não se pode abandonar a lavoura, tem que comprar de novo e aplicar de novo. A planta vai sentindo e a produtividade cai”. David recorre à aritmética para explicar que seria melhor aos produtores receber menos por caixa, caso houvesse uma boa produtividade. “Eu gostaria de receber R\$ 50,00 por caixa e ter uma produtividade de 350 caixas por mil pés de tomate. Hoje por causa do clima consigo produzir entre 150 caixas a cada mil pés. E olha que usando toda a tecnologia disponível em semente e defensivos”.



Redução de área

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, no início deste mês dia, um levantamento sobre a redução de área de plantio do tomate na primeira safra, considerada a maior, no país. A tabela, apresenta número das safras 2010/11 a 2012/13 e mostra que no Paraná a redução chegou a 42%.

“Os números levam em conta apenas uma safra. No Paraná se somarmos as duas safras a redução de área e de produtividade alcança 11%. A migração para outras culturas é decorrente da elevação de preço dos grãos - soja e milho”, explica Carlos Alberto Salvador, engenheiro-agrônomo e técnico do Departamento de Economia Rural (Deral) da Seab.

O Deral aponta ainda uma variação no preço do tomate comparando o mesmo período de 2012 a 2013. Em março de 2012 o preço pago ao produtor no mesmo período era de R\$24,45 a caixa com 23 quilos e, em março de 2013 R\$71,23, uma variação de 191,73%. “Essa

cotação é obtida através de uma média de preços entre as Ceasas do Paraná e os núcleos regionais da Seab), explica. Isso significa cerca de R\$ 3,00 o quilo ao produtor, mas chega ao consumidor com o preço dobrado ou mais. Alguém está levando.

O coordenador estadual de Olericultura da Emater-PR, Iniberto Hamerschmidt, orienta o produtor no sentido de não migrar para culturas que ele não conhece estimulado pelo aumento de preços. “O produtor não pode ser aventureiro, ele deve plantar o que conseguir vender e trabalhar com as culturas que conhece. Planejamento é fundamental para evitar riscos desnecessários”.

Ele também confirma que o clima tem desestimulado muito os produtores a cultivar olerículas no Estado. “Na cultura do tomate especificamente o excesso de chuva favorece o aparecimento de doenças provocadas por fungo, bactérias e pragas na planta, nas folhas e frutos em que o produtor tem dificuldade de combater”, diz Hamerschmidt.

Tomate – Brasil – Área Colhida/Hectares – Safra 2010/11 e 2012/13

Estado	Área (hectares)		(%)	(%) Área	
	2010/11	2011/12	2012/13	Varição	Área
Goiás	18.679	14.028	13.198	-6	22
São Paulo	12.057	10.160	10.160	0	17
Minas Gerais	7.362	6.886	7.249	5	12
Paraná	5.715	5.649	3.302	-42	5
Bahia	7.964	4.405	5.521	25	9
Pernambuco	2.637	2.800	1.962	-30	3
Rio de Janeiro	2.580	2.619	2.503	-4	4
Santa Catarina	2.863	2.518	2.375	-6	4
Ceará	2.239	2.309	6.702	190	11
Rio Grande do Sul	2.353	2.311	2.457	6	4
Espirito Santo	1.908	1.983	1.940	-2	3
Distrito Federal	593	412	878	113	1
Paraíba	685	460	1.377	199	2
Roraima	439	449	449	0	1
Sergipe	273	264	244	-8	0
Mato Grosso	197	207	190	-8	0
Maranhão	228	197	163	-17	0
Rio Grande do Norte	356	153	152	-1	0
Mato Grosso do Sul	73	57	50	-12	0

Total

69.201

57.867

60.872

5

100

Fonte: IBGE - Fevereiro / 2013

Tomate – Brasil – Produção/Toneladas – Safra 2010/11 e 2012/13

Estado	2010/11	2011/12	2012/13	Varição	Estadual
Goiás	1.440.961	1.145.878	1.029.391	-10	27,31
São Paulo	864.528	656.055	675.196	3	17,91
Minas Gerais	476.113	444.693	474.376	7	12,58
Paraná	347.528	342.280	203.375	-41	5,39
Bahia	339.532	179.707	239.967	34	6,37
Rio de Janeiro	195.535	195.627	190.228	-3	5,05
Santa Catarina	187.900	169.772	159.671	-6	4,24
Espirito Santo	133.987	136.435	132.385	-3	3,51
Pernambuco	115.123	111.801	74.192	-34	1,97
Ceará	114.583	106.489	327.634	208	8,69
Rio Grande do Sul	105.181	107.585	126.033	17	3,34
Distrito Federal	47.907	29.864	68.150	128	1,81
Paraíba	22.302	12.771	45.700	258	1,21
Rio Grande do Norte	11.172	4.535	4.914	8	0,13
Roraima	5.268	5.388	5.388	0	0,14
Maranhão	4.739	3.961	3.222	-19	0,09
Sergipe	4.313	4.306	3.860	-10	0,10
Mato Grosso	3.655	4.397	4.187	-5	0,11
Mato Grosso do Sul	3.307	2.755	2.090	-24	0,06
Total	4.423.634	3.664.299	3.769.959	3	100

Fonte: IBGE - Fev/ 2013

Quinto produtor

O Paraná é o quinto estado na produção de tomate. Mesmo ocupando essa posição os produtores paranaenses produzem 42% do que é consumido aqui o que equivale a 304 mil toneladas (safra 2011), 20% de toda a produção é cultivada em estufas. O Norte paranaense é responsável por 62% da produção estadual. Já os principais municípios produtores são: Marilândia do Sul (73.525 toneladas), Reserva (58.220 toneladas) e Faxinal (29.920 toneladas). O ranking dos principais estados produtores é: Goiás, São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

- Segundo a Emater o Paraná tem 48 mil agricultores que se dedicam a produção de olerícolas.
- Desse total apenas 13 mil recebem assistência técnica da Emater, outros 7 mil recebem atendimento através dos cursos do SENAR-PR e de empresas particulares. O restante planeja sozinho sua produção.
- A maioria tem uma área média de produção de dois hectares totalizando uma área cultivada de 100 mil hectares no estado.



Trigo: repete-se um filme visto em 2008

Camex amplia para 2 milhões as importações

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) publicou na quarta-feira (10/04) a Resolução Nº 26, que amplia a quota de importação de trigo de 1 para 2 milhões de toneladas com Tarifa Externa Comum (TEC) igual à zero com vigência até 31 de julho.

O Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MIDC) justificou a alteração devido a necessidade do produto por parte das indústrias diante do período de entressafra no Brasil e devido a redução da produção nos países do Mercosul, especialmente Argentina.

Esses 2 milhões de toneladas de trigo deverão ser importadas de países de fora do Mercosul com TEC zero, especialmente trigo do hemisfério Norte o qual se somará às importações dos países do Mercosul. E mesmo com a política argentina de restringir as exportações de produto, a entrada do cereal estrangeiro poderá ser estocado pela indústria para consumo na época de comercialização da safra brasileira.

Isso já foi visto em 2008, ano em que igual medida foi utilizada com efeitos danosos ao setor produtivo. A indústria com frequência tem articulado a redução da TEC beneficiando-se do aumento das importações para formar

estoque, o que resulta em pressão sobre os preços médios recebidos pelos produtores para o trigo nacional.

Em 2008, os produtores motivados por preços melhores aumentaram a área, obtendo produção 43% superior a safra anterior. A produção maior somada ao aumento de importações provenientes do hemisfério Norte causaram na época queda nos preços recebidos pelos produtores e falta de liquidez na comercialização da safra.

A FAEP e a Ocepar entendem que, a política mais adequada seria de apoio à produção nacional reduzindo desta forma a dependência de importações de outros países e conseqüentemente reduzindo a evasão de divisas da economia brasileira.

Na safra 2012, o Brasil foi destaque por cultivar uma das menores áreas dos últimos 30 anos, somente 1,9 milhão de hectares. Isso ocorreu pelos constantes desestímulos a produção nacional, dado pelo mercado e principalmente pela falta de uma política pública consistente de apoio a produção e comercialização do trigo.

Diante disso o setor produtivo considera inoportuna a importação de trigo de países não membros do Mercosul na ordem de 2 milhões de toneladas sem a incidência da TEC. Essa medida deverá depreciar o preço do trigo no segundo semestre de 2013 e desestimular os produtores a investir no cultivo nas próximas safras.



Foto: Arquivo FAEP

Defensivos: uma Fila de 117 anos

R\$ 49 bi de prejuízos em dez safras



Fotos: Arquivo FAEP

Mesmo se não recebesse mais nenhum pedido de registro, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) demoraria 117 anos para avaliar todos os 1.287 processos de aprovação de agrotóxicos atualmente na fila. Os produtores de soja reclamam que a demora já causou um prejuízo estimado em R\$ 49 bilhões nas últimas dez safras.

A Anvisa conta hoje com 17 técnicos na área. Com esse quadro, a agência avalia apenas 11 processos por ano. Segundo a própria agência, pelo menos 10 novos servidores seriam necessários, de imediato, para acelerar a análise técnica de produtos. Mas o déficit de funcionários de nível superior é de 42 profissionais. Para analisar todo o passivo de registros em um ano, seriam necessários 117 técnicos.

O repórter Tarso Veloso, na edição do último dia 11 do jornal "Valor Econômico", buscou os motivos das queixas dos "produtores junto à Anvisa. Seu relato:

A explicação da agência é que há um excesso de pedidos enviados pelas fabricantes. Dados obtidos pela Anvisa em pesquisa realizada pela Universidade Federal do Paraná demonstraram que 53% dos produtos liberados pela Anvisa não são comercializados. Segundo o órgão, as empresas utilizam os registros em sua carteira de ativos intangíveis para valorizar sua marca corporativa, aumentando significativamente o passivo na fila de registros.

"A maioria dos registros concedidos, apesar de tomarem tempo considerável dos poucos técnicos aptos para as análises necessárias à emissão de uma avaliação toxicológica, não é colocada no mercado no pressuposto de manipulação de preços e de marca", afirmou em nota a agência.

Hoje, segundo a Anvisa, a análise de um ingrediente ativo novo demora aproximadamente dois anos para ser concluída. Para o setor privado, o prazo de análise é mais elástico e fica próximo dos três anos. A discrepância do cálculo se dá pelo tempo na

fila. A Anvisa só começa a contar o período de espera quando o processo começa a ser analisado. Já o setor privado conta a partir do momento em que dá entrada na papelada.

De acordo com a Anvisa, o tempo gasto para análise é compatível com outros países. Segundo um levantamento da Anvisa, o tempo de análise de registro de agrotóxico nos EUA é de 18 a 36 meses; na Comunidade Europeia é de 24 a 40 meses; na Índia, de 12 a 18 meses; e de três a 12 meses na Argentina. Nem sempre porém, um produto é liberado em dois anos. Existem na fila requerimentos de 2007.

Os prejuízos causados pela lagarta *Helicoverpa armigera* às culturas de soja, algodão e milho no país ainda não foram totalmente calculados, mas a praga é a imagem usada pelo setor privado para descrever o que consideram uma inoperância da Anvisa. A Associação Baiana dos Produtores de Algodão estima que a perda da *Helicoverpa* já ultrapassou R\$ 400 milhões nesta safra. No caso da soja, somente no Estado, os prejuízos atingem R\$ 750 milhões. É a primeira vez que a espécie é detectada no país. A presença da praga já foi reportada em 12 Estados, com maior incidência na Bahia.

Em caráter emergencial o Ministério da Agricultura liberou a

importação de agrotóxicos registrados em outros países que tenham como ingrediente ativo único a substância benzoato de emamectina. A autorização foi concedida em caráter emergencial após negociações entre produtores, indústria e governo.

O ritmo de aprovação de novas substâncias é uma das principais críticas do setor produtivo. A demora no registro de defensivos agrícolas tem desanimado as empresas em pesquisar novos produtos. A Anvisa se justifica, informando que o problema é a falta de profissionais. Um produtor ressalva: “se faltam profissionais, basta contratar”.

No caso da ferrugem da soja o Brasil possui um único ingrediente ativo que controla a principal doença do agronegócio brasileiro e este ingrediente está perdendo eficácia a cada ano. Houve pedidos para dar prioridade na análise aos produtos novos na fila, mas nada deu resultado. A Anvisa continuou ignorando.

Questionada sobre a quantidade de produtos liberados no mercado, a Anvisa informou que: em 2009 foram liberados 13 produtos com base em dois ingredientes ativos (IAs) novos; em 2010 foram sete produtos com base em dois IAs novos; em 2011 foram sete produtos com base em cinco IAs novos; e em 2012 foram oito produtos com base em quatro IAs novos.



Relatório USDA

USDA mantém estimativas das safras do Brasil e Argentina

Por Gilda M. Bozza - Economista DTE/FAEP



Fotos: Milton Dória / Arquivo FAEP



Na quarta-feira (10), o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), divulgou o relatório mensal de abril com o quadro de oferta e demanda mundial das principais commodities agrícolas para a safra 2012/13.

Ao contrário dos rumores que circulavam no mercado, o relatório não reduziu a produção brasileira e argentina, mantendo em 83,50 milhões e 51,50 milhões de toneladas, respectivamente. A produção mundial de soja na safra 2012/2013 foi reajustada para 269,63 milhões de toneladas, contra os 268,00 milhões de toneladas do relatório anterior. Estoques mundiais revistos para 62,63, diferentemente do que aguardava o mercado.

Estados Unidos – O USDA manteve a produção em 82,06 milhões de toneladas, exportações de revistas para 36,74 milhões de toneladas e estoque final norte-americano de 3,39

milhões de toneladas. A produtividade prevista é de 2.661 kg por hectare. Os Estados Unidos cederam a posição de principal produtor e exportador mundial do grão para o Brasil.

Brasil – O relatório ratificou a produção brasileira em 83,50 milhões de toneladas e revisou para baixo as exportações, passando de 38,40 milhões para 36,75 milhões de toneladas. O Brasil ocupa a primeira posição mundial de produtor e exportador de soja.

Argentina – A produção argentina de soja foi mantida em 51,50 milhões de toneladas e exportações reajustadas para 10,35 milhões de toneladas.

O efeito do relatório na Bolsa de Chicago foi de imediata baixa nos preços internacionais.

MILHO - Produção mundial safra 2012/13 revista para 855,92 milhões de toneladas

A produção mundial na safra 2012/13 foi reajustada para 855,92 milhões de toneladas contra 854,07 milhões de toneladas do relatório de março. Já os estoques finais, foram aumentados, passando de 117,48 milhões para 125,29 milhões de toneladas.

Para os Estados Unidos, principal produtor mundial de milho, o USDA manteve a produção norte-americana em 273,83 milhões de toneladas e os estoques finais foram reajustados de 16,06 milhões para 19,24 milhões de toneladas. As exportações recuaram de 20,96 milhões para 20,31 milhões de toneladas.

Para o Brasil o relatório aumentou a produção brasileira de 72,50 milhões para 74,00 milhões de toneladas. As exportações foram previstas em 19,50 milhões de toneladas. Já para a Argentina, o USDA manteve a produção em 26,50 milhões de toneladas e as exportações em 19 milhões de toneladas. A China teve a produção mantida em 208,0 milhões de toneladas e o consumo previsto em 207,00 milhões de toneladas.

TRIGO - Produção mundial e estoques mundiais na safra 2012/13 reajustados

Para 2012/13 a safra mundial está prevista em 655,43 milhões de toneladas contra 655,48 milhões de toneladas do relatório de março. Já os estoques mundiais foram reajustados de 178,23 milhões para 182,26 milhões de toneladas. O consumo global tem previsão de 672,55 milhões de toneladas.

O USDA revisou a estimativa de produção da União Europeia para 132,01 milhões de toneladas e o consumo em 20,50 milhões de toneladas. A China deverá produzir 120,60 milhões de toneladas e a Índia tem previsão de 94,88 milhões de toneladas. Para os Estados Unidos, o USDA manteve a produção em 61,76 milhões de toneladas, exportações permanecem em 27,90 milhões de toneladas e estoques finais de 19,89 milhões de toneladas. Para a Argentina a previsão foi mantida em 11,0 milhões de toneladas e as exportações em 5,0 milhões de toneladas. O relatório manteve a produção brasileira em 4,30 milhões de toneladas e importações reajustadas para 10,90 milhões de toneladas.



A alma da qualidade do leite paranaense

Na APCBRH o produtor tem um check-up mensal da saúde e da produtividade de suas vacas leiteiras

Por Hemely Cardoso

Uma vez por mês, o produtor Horst Warkentin e o filho Michael Warkentin, de Witmarsun, em Palmeira, fazem a coleta do leite para o controle e monitoramento da saúde do rebanho de 48 vacas holandesas. Assim como os dois produtores, desde 2009, Adair Delazari, de Nova Cantu, na região Noroeste, faz a análise do rebanho de 14 animais e da qualidade do leite todo mês na propriedade de cinco hectares. O material coletado por ambos tem um destino certo. Às margens da BR-277, próximo ao Parque Barigui, em Curitiba, onde está a alma da qualidade do leite paranaense: a Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa, a APCBRH.

O superintendente da APCBRH, Altair Antonio Valotto, informa que o acompanhamento mensal custa entre R\$ 2,20 e R\$2,80, por animal. No relatório que os produtores recebem pela internet aparece uma

“O diagnóstico é fundamental para eu produzir com qualidade, o que, de fato, aumentou a minha renda”.



Fotos: Fernando Santos / Glison Abreu



O Gerente José Augusto Horst e o Superintendente Altair Antônio Valloto

série de indicativos, por exemplo, o número de células somáticas, contagem bacteriana, a quantidade de gordura, proteína e lactose no leite. “O produtor tem um check-up mensal da saúde e da produtividade de suas vacas leiteiras. Além disso, ele pode ter uma avaliação individual de cada animal”, explica. Se a análise somar acima de 200 mil células somáticas, o produtor deve ficar de olho porque isso significa que a vaca pode estar com mastite – doença que inflama o úbere (teta da vaca) e diminui a produtividade de leite. “O custo é baixíssimo e o retorno é grande. O produtor que investe em qualidade, ganha um plus de até 12%”, diz ele.

O diagnóstico avalia e monitora a produtividade, saúde e nutrição dos animais. “Pela análise você pode saber se a alimentação está adequada ou não. Muitas vezes não é a falta de alimentação que ocasiona um desequilíbrio na produção e sim a forma como esse alimento está sendo fornecido aos animais, como em momentos inadequados, por exemplo”, acrescenta Valloto.

Com o auxílio de um técnico, o produtor pode identificar qual o animal com aumento das células somáticas. Dessa forma é feita uma análise individual de cada um. Como ele pode fazer isso? A coleta é feita uma vez por mês durante as duas ordenhas realizadas ao dia, uma pela manhã e outra no final da tarde. Depois do leite recolhido, o produtor preenche um relatório anotando o volume de leite produzido, se já teve caso de mastite, o número de cobertura e partos de cada animal, por exemplo. O leite coletado é colocado num pequeno frasco com conservante “bronopol”, que torna a bebida com tom alaranjado.

Já no exame que mede a quantidade bacteriana, são analisadas as questões de higiene e limpeza do úbere da vaca. O material

é depositado num frasquinho com tampa azul com “azidiol”, antibacteriano que evita o crescimento das bactérias. As amostras não precisam ser refrigeradas e a maioria é enviada ao laboratório via ônibus. Os resultados ficam prontos em no máximo quatro dias e o produtor pode acessá-los através do site - www.holandeparana.com.br - e pode receber os relatórios através do email ou pelo correio.

A diferença

Há três anos o produtor Horst Warkentin, da Colônia Witmarsun, na região dos Campos Gerais, controla e monitora a saúde do rebanho das vacas holandesas através do programa de análise do laboratório. O filho zootecnista Michael Warkentin, que ajuda o pai na hora de interpretar os dados do relatório, conta que o monitoramento aumentou a média de produção dos animais. “A gente verificou os animais menos produtivos e os substituímos pelos que produziam mais”, justifica. Além do aumento na produtividade, a mastite deixou de ser um problema entre o rebanho de vacas. Isso porque somente no ano passado eles conseguiram uma média de 104 mil células somáticas por ano, índice classificado como baixo.

Assim como os Warkentin, o produtor Adair Delazari, de Nova Cantu, melhorou a gestão da propriedade e aumentou a sua renda. “Como você tem muitos dados fica muito mais fácil gerenciar a propriedade. Por exemplo, tenho o controle sobre a alimentação do meu rebanho, se é necessário acrescentar mais fibras ou proteínas. O diagnóstico é fundamental para produzir com qualidade, o que, de fato, aumentou a minha renda”.

A APCBRH

Fundada em 27 de março de 1953, a APCBRH realiza 200 mil análises por mês, incluindo amostras individuais dos animais e também do leite das indústrias. O programa de análise de rebanhos leiteiros e do leite acompanha 30 mil vacas por mês e atende 250 indústrias do Paraná e 160 em outros estados. Hoje mantém 679 sócios ativos e somente no ano passado registrou 20.509 animais da raça holandesa, 36% do rebanho total de 57.029 de animais registrados em todo o país.

Pelos 173 metros quadrados do laboratório, a rotina começa às 7 horas da manhã e só termina às 22 horas. Vinte funcionários, entre químicos e técnicos, se revezam para fazer a análise de uma média 8.000 mil amostras por dia. O horário de maior movimento é às 10 horas, quando as amostras começam a chegar de todo o Estado, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rondônia. O gerente do laboratório José Augusto Horst conta que a maior dificuldade é coletar esse material no campo e fazer chegar ao laboratório em condições e tempo ideais.

Alguns cuidados são essenciais na hora de fazer a coleta do leite, como não retirar diretamente do úbere da vaca, porque a composição da ordenha é diferente no início, meio e fim. “O importante é que esse produtor tenha uma assistência técnica ao receber o resultado desses exames”, recomenda.

Quando o assunto é a qualidade do leite no Paraná, ele resume: “Nós avançamos muito e observamos que isso vem crescendo em todas as regiões do Estado”.

A raça holandesa

Desde 1991, todo o gado holandês é registrado desde o nascimento. A pecuária de gado holandês para carne, com novilhos precoces, caminha aceleradamente desde a década de 1970. Já na década de 1980 foi estabelecido um programa alternativo de cruzamentos com raças especializadas de corte, destacando-se o Charolês, o Limousin, o Piemontês, o Bleu - Blanc Belge, e outras, para incrementar o rendimento de carne, promovendo o surgimento de linhagens de melhor rendimento no abate.

Fonte: Associação Brasileira dos Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (ABCRH).





Registro de Animais

Você já pensou em fazer a árvore genealógica do seu bezerro? Pois é, a APCBRH faz um registro que identifica o animal e a sua procedência. Através do registro o criador conhece toda a genealogia do animal: pais, avós e bisavós. Além disso, é possível ter acesso aos dados de produtividade dos parentes dos animais. Segundo Valloto, o animal que possui um registro se torna mais valorizado no mercado. “O produtor passa a ter o reconhecimento de seus animais através da raça, garantia na comercialização que os animais possuem origem e procedências comprovadas”, explica. O criador interessado em registrar seus animais deve entrar em contato com a APCBRH e pedir a visita de um técnico, que irá até a propriedade para fazer uma avaliação.

*Mais informações pelo site: www.holandesparana.com.br



O inchaço do Estado

Enquanto se perde safra no campo por falta de estradas e de portos, o governo segue inchando sua máquina burocrática

O governo anunciou que a presidente Dilma está terminando estudos para criar mais uma empresa estatal federal: a Hidrobrás, encarregada de projetar, construir, operar, manter e restaurar a estrutura de navegação em rios, hoje muito abaixo de suas possibilidades e do potencial do país. A nova empresa terá também a tarefa de cuidar dos portos fluviais, hidrovias e eclusas do país, assumindo assim funções do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Será a quinta empresa estatal criada em 25 meses de governo, com a promessa de modernizar o setor em que ela vai atuar.

Adicionadas as estatais instituídas no governo Lula, num total de cinco, o PT brindará a sociedade brasileira com dez empresas estatais novas somente no governo federal. Lula criou suas cinco em oito anos de mandato, enquanto Dilma soma cinco em pouco mais de dois anos de governo. As novas estatais de Dilma são a Infraero Serviços, a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa, a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias, a Empresa Brasileira de Planejamento e Logística (EPL) – destinada a planejar e articular ações na área de transportes – e a Hidrobrás, por enquanto apenas anunciada.

Vexame internacional

A notícia de mais uma estatal vem exatamente no momento em que o país vive um colapso econômico com a incapacidade dos portos de escoar a safra de soja. O Brasil está se apresentando ao mundo como um vexame internacional nesse aspecto, cujo exemplo mais robusto foi o cancelamento, por uma empresa chinesa, de um contrato de compra de 2 milhões de toneladas de soja em função da incapacidade de carregar os navios. O colapso dos portos e da malha rodoviária atingiu níveis dramáticos.

O problema rodoviário e portuário do Brasil assume dimensões de tragédia econômica quando se soma ao fato de haver outro estrangulamento: a capacidade de armazenagem nacional. Nos Estados Unidos, a capacidade de armazenagem nas lavouras é de 65% da safra. No Brasil, os silos rurais não conseguem suportar mais que 15% da colheita, e o produto está sendo abandonado e perdido no pé por incapacidade de armazenar, transportar e embarcar a mercadoria. Isso é algo inaceitável num país pobre e num mundo faminto.



Fotos: Divulgação



Capacidade de se indignar

A reação do governo é a de sempre: cria-se mais um órgão, agora uma empresa estatal, quando, na prática, o país deveria encarar o assunto como calamidade pública e crime contra a economia popular. Não dá mais para aceitar que uma situação dessas seja tratada como se fora um problema menor, algo a ser deixado a cargo de uma nova estatal que nem saiu do papel e já está sendo objeto de disputa de políticos e partidos da base aliada. O Brasil precisa recuperar a capacidade de se indignar e de se mobilizar. Se um drama econômico dessa envergadura não for capaz de criar uma comoção entre os setores produtivos e a sociedade, então é o caso de aceitar que, no Brasil, os avanços andarão a passos de tartaruga.

A Constituição Federal permite que o Estado explore diretamente atividades econômicas quando necessário aos imperativos de segurança nacional ou relevante interesse coletivo. O problema está em saber quem decide e como se definem “imperativos de segurança nacional e relevante interesse coletivo”. No caso das rodovias e dos portos, esses setores estão nas mãos do governo e ele é o responsável pelo descalabro e pelo colapso que aí estão. O governo vem e usa a Constituição para criar seus órgãos e suas empresas, mas as soluções ficam na promessa... e os dramas continuam.

Privatização em vez de assalto à gestão

No caso específico da incapacidade de escoar safras, seria mais lógico e o interesse público estaria mais bem atendido se o governo descomplicasse a legislação e abrisse logo o setor para o investimento privado nacional e estrangeiro. A Hidrobrás pode ser um tiro a sair pela culatra, pois pode dificultar ainda mais a participação do setor privado nos portos. A razão é simples: é mais uma burocracia estatal e uma estrutura pública com interesses corporativos próprios.

Como agravante, nos últimos tempos os políticos e os partidos tomaram de assalto a gestão das empresas estatais e as submeteram muito mais aos interesses eleitorais e corporativos do que ao interesse nacional. Um bom exemplo disso é a maior empresa do país: a Petrobras, cujo declínio econômico-financeiro tem sido observado pela nação e pelos analistas internacionais. Enquanto se perde safra no campo por falta de estradas e de portos, o governo segue inchando sua máquina burocrática e criando mais ministérios e mais estatais.

(Editorial da Gazeta do Povo, 09.04.2013)



A espera do Cadastro Ambiental

O preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) que todos os produtores rurais deverão apresentar, conforme determina o novo Código Florestal, depende da publicação de uma IN – Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente e Ibama. É provável que até o final deste mês ocorra tal publicação.

E o MMA tem até o dia 25 de maio próximo como prazo para lançar na Internet a plataforma (site onde estarão as instruções de preenchimento do CAR), data em que se completa um ano da sanção presidencial do Código.

Tão logo a FAEP obtenha essas informações será feita a divulgação através de seu site, deste Boletim, pelo programa www.campoecia.com.br e de uma cartilha, esclarecendo as instruções e possíveis dúvidas.

Errata:



Sindicato Rural de Palotina



Sindicato Rural de Nova Aurora

No BI 1209 publicamos as fotos dos eventos de comemoração ao Dia Internacional da Mulher (08/03) organizados pelos sindicatos rurais. A foto onde aparece o Sindicato Rural de Nova Aurora é na verdade de Palotina.

Em Palotina foi feita uma palestra motivacional e servido um café colonial. Participaram do evento 120 mulheres.

Em Nova Aurora aconteceu a “Tarde da Mulher”, com apresentação musical, palestra e um lanche. Participaram cerca de 70 mulheres.

Na matéria do BI 1211 sobre café na página 15, a tabela que mostra a área plantada é na verdade a área de produção de 66.721 hectares no Paraná na safra 2011/12.

A perda de Juarez

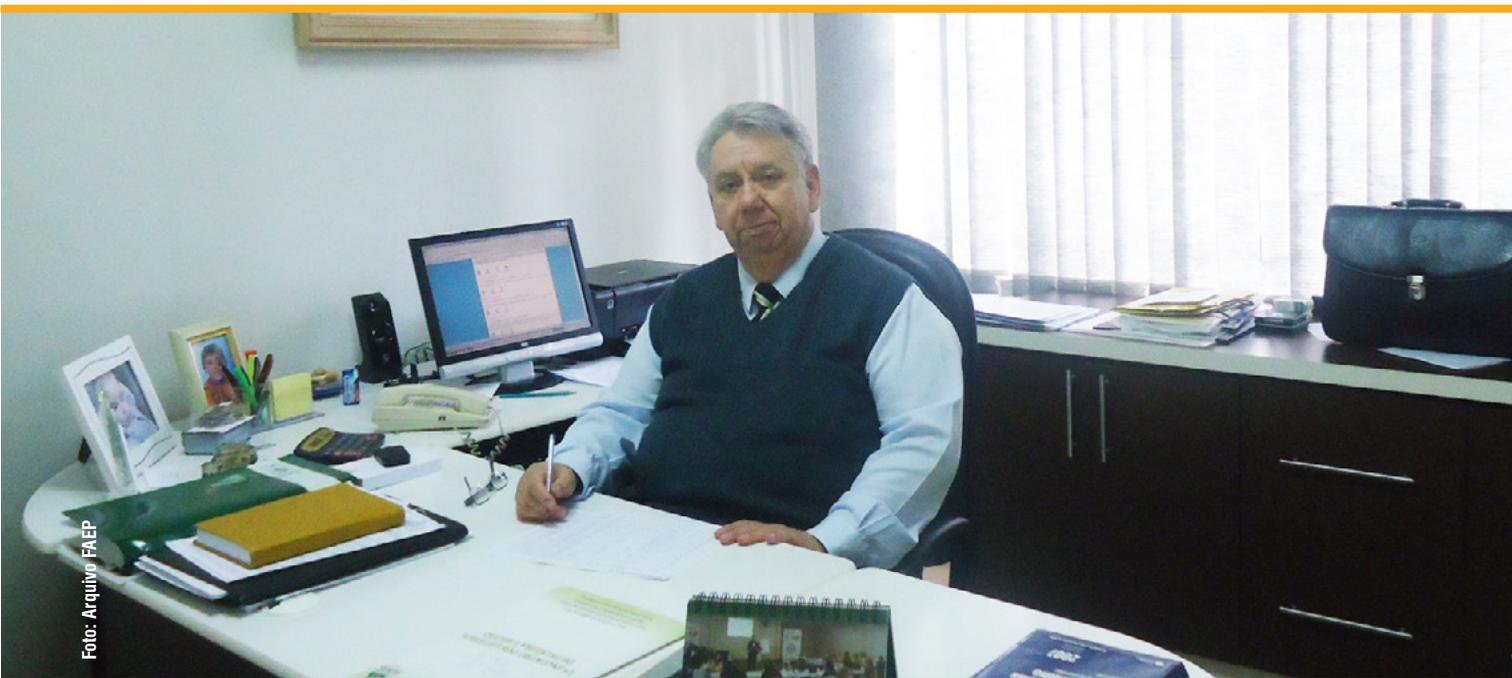


Foto: Arquivo FAEP

Na sua trajetória pessoal e profissional – perfis que se entrelaçavam, Joarez Cação Ribeiro construiu um patrimônio inigualável de ser unanimidade entre tantos amigos conquistados em todos os cantos do Paraná. De hábitos simples, sempre mergulhado no trabalho, não julgava o verbo querer na primeira pessoa – “eu quero”, muitas vezes símbolo da prepotência ou arrogância, mas o afável “eu penso”. Argumentava em vez de impor. Era um “gentleman”, profundo conhecedor do que fazia e gostava.

Cação faleceu no último dia 7, em Ponta Grossa, sua terra natal, vítima de um câncer. Esse luterano partiu cedo demais aos 64 anos, deixando a esposa D. Ana, e as filhas, a médica Michele e a farmacêutica Ariane.

“O Sistema FAEP e o sindicalismo rural perderam um grande homem, sério, respeitado e respeitável em todo o estado”, disse João Luiz Rodrigues Biscaia, diretor financeiro da FAEP. O contabilista e advogado Cação, mais que um assessor foi um grande companheiro de Biscaia que ocupou postos importantes na Justiça do Trabalho e Junta Comercial e que o levou ao Sistema FAEP em 1985. Especialista na área fiscal da Receita Federal, tornou-se consultor também nas questões vinculadas aos mecanismos das eleições sindicais e no Direito Trabalhista.

“Antes do relacionamento profissional fomos grandes amigos. Nossas atuações junto a FAEP eram complementares, ele especialista na área trabalhista e eu na previdenciária”, lembrou o consultor do Sistema FAEP, João Cândido de Oliveira Neto. “Certa vez, depois de um longo trecho percorrido eu perguntei a ele – O que estamos fazendo aqui Cação? Ele respondeu - Isso aqui é bom, nós estamos fazendo o que gostamos professor”.

Durante um curso a sindicalistas da FAEP, Leonice Medice, do setor financeiro, emocionou a Cação, ao recorrer a um poema rápido da poetisa e contista goiana Cora Coralina:

-“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”.

Incansável, junto com Dalton Rasesa, também consultor, cruzou o Paraná ininterruptamente, traduzindo didaticamente com sua experiência o emaranhado legal contido no documento “Casa em Ordem”. Essa publicação da FAEP resume as questões trabalhistas, previdenciárias e outras que delimitam a atividade rural.

O sempre expansivo Rasesa estava silencioso e meditativo, na segunda-feira, dia 8, ao retornar de sua última visita a Cação. “Perdi um amigo”, resumiu. Não. Perdemos.

Projeção otimista “com reservas”

A economista Tânia Moreira, do DTE/FAEP analisa o otimismo oficial

Dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) indicam uma projeção otimista para o feijão, estimando que a produção deva crescer 12,8% passando para 4 milhões de toneladas até 2022. Uma produção maior diante da média nacional de consumo estável nos últimos anos em 3,5 milhões de toneladas poderia proporcionar maior disponibilidade do produto, redução de preço para os consumidores finais e consequente contribuição para menores índices de inflação dos alimentos. No entanto, as séries históricas de preços, custos e produção não indicam uma projeção otimista.

Os atuais preços considerados elevados em relação às safras passadas devem perdurar pelo menos até a colheita da safra 2013/14, diante das estimativas da Conab. Isto porque a produção reduzida na safra 2011/12, em razão da estiagem ainda não deve se recuperar na safra 2012/13 motivada pela estiagem e por ataques de pragas. No entanto, terminando as situações temporárias de escassez do produto, os preços e custos não devem contribuir para uma projeção otimista para o feijão e sim para uma manutenção ou redução de área.

GRÁFICO 1 | PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DO FEIJÃO NO PARANÁ

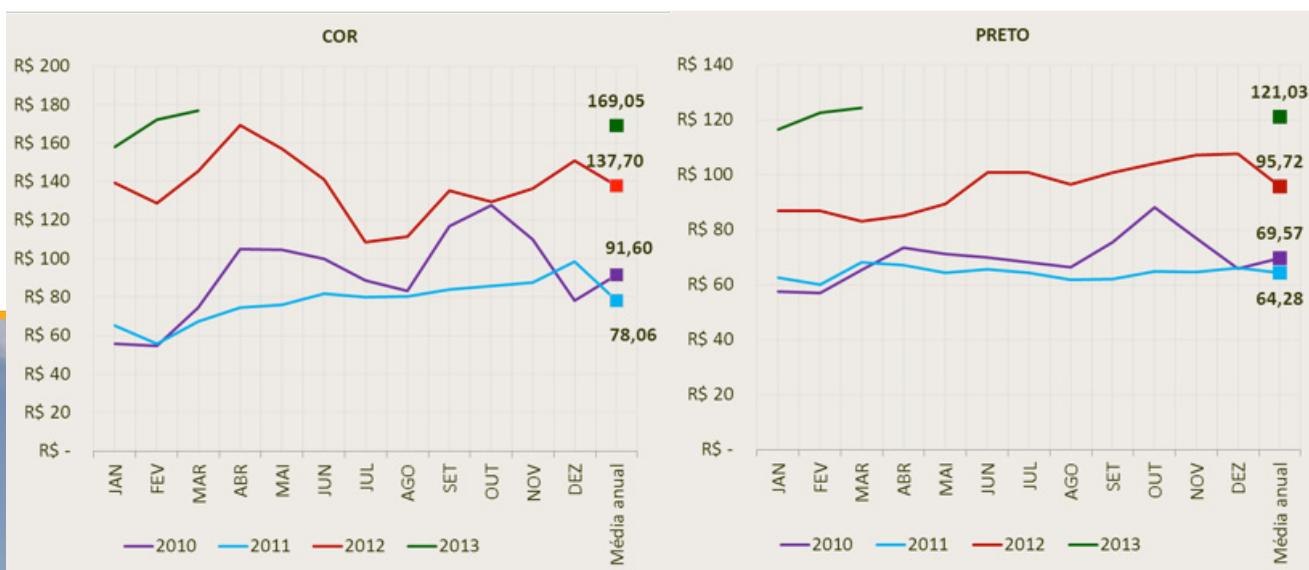


GRÁFICO 2
CUSTO DE PRODUÇÃO
DO FEIJÃO NO PARANÁ

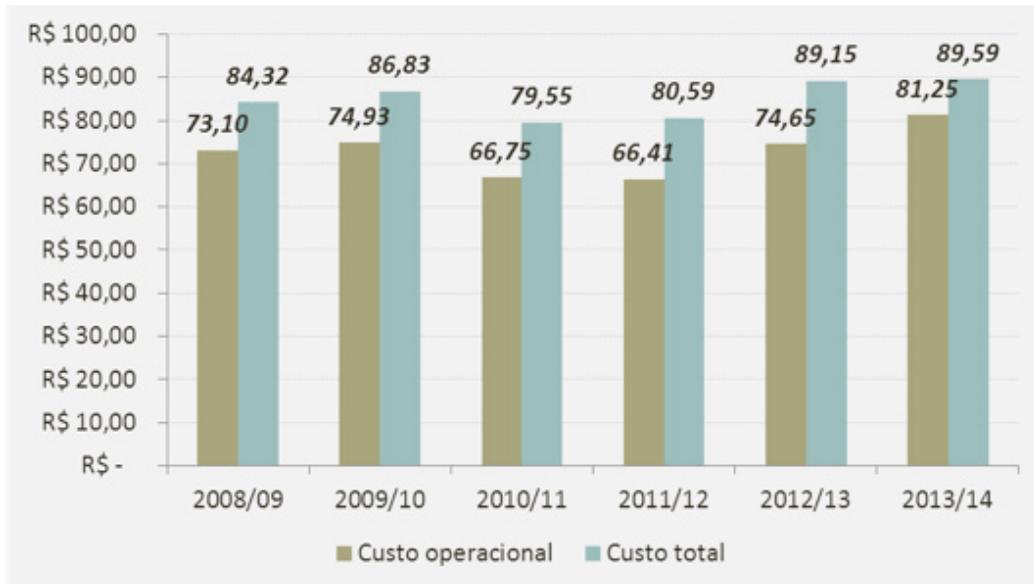
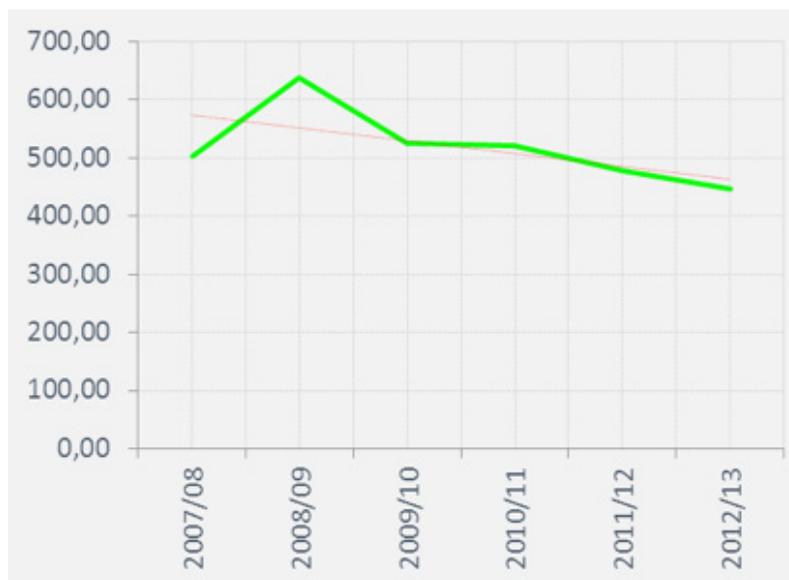


GRÁFICO 3 | ÁREA PLANTADA NO PARANÁ



Com preços recebidos pelos produtores abaixo do custo de produção, excetuando as safras 2011/12 e 2012/13, a área paranaense cultivada com feijão foi reduzida nas últimas safras, a área plantada do Brasil também vem reduzindo desde a safra 2007/08. Os preços médios anuais recebidos para o feijão preto e de cor das últimas 10 safras não ultrapassaram os R\$ 68,95 por saca e R\$ 78,60 por saca respectivamente, segundo dados da Secretaria da Agricultura e Abastecimento – Seab (sem contar as safras 2011/12 e 2012/13).

Além dos preços baixos outra barreira que desestimula o plantio são as crescentes importações de feijão preto. Em 2012 as importações do produto totalizaram 194 mil toneladas ou 51% a mais que no ano de 2011.

Preço/Custo

O preço mínimo de R\$ 72,00 por saca, inadequado diante dos custos de produção e os mecanismos de apoio à comercialização, utilizados nas últimas safras, com baixos limites de aquisição por produtor são outros fatores que também desestimulam o interesse pela cultura. Segundo as estimativas da Conab o custo operacional da 2ª safra no Paraná deve ser de R\$ 81,25 por saca, sendo 8%

superior ao custo da 1ª safra. Isso significa que a política de preço mínimo para o feijão não esta adequada aos custos de produção.

Deste ponto de vista, se o aumento de produção não se dar por aumento de área só poderão ser realizados por meio do aumento da produtividade no campo, ou seja, a partir de maiores investimentos, mas se a atividade não remunera conforme demonstrado acima, o produtor tem pouco incentivo para realizar maiores investimentos, optando por outras culturas com maior liquidez e rentabilidade. Diante desses fatores, sem as adequações necessárias na política agrícola para apoio a cultura de feijão o aumento de produção previsto para 2022 deve ser visto com reserva.

TOLEDO



Conservas e compotas

O Sindicato Rural de Toledo realizou o curso de Produção Artesanal de Alimentos conservação de frutas e hortaliças - compotas e frutas desidratadas. Participaram 11 produtoras e trabalhadoras rurais do Distrito de Ouro Preto entre os dias 5 e 6 de março. A instrutora foi Luciane Debertolis.

JAGUAPITÃ



Posse

Em 22 de março tomou posse a diretoria eleita do Sindicato Rural de Jaguapitã. Foram eleitos Renato Sandoli como presidente, Luiz Antônio Vicentini, vice-presidente; Marcelo Sandoli, secretário; e José Carlos Silveira Belintani, secretário. O mandato da diretoria vai até 27 de março de 2016.

CAMPINA DA LAGOA



Motoniveladora

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa em parceria com as Prefeituras de Campina da Lagoa e Altamira do Paraná ofereceu o curso de Trabalhador na Operação e na Manutenção de Motoniveladoras - patroleiro - motoniveladora avançado. O curso, com 10 produtores e trabalhadores rurais, ocorreu de 11 a 20 de março. O instrutor foi Oltenir Hartmann.

REALEZA



Básico milho

De 7 e 8 de fevereiro foi oferecido mais um curso em uma parceria entre o Sindicato Rural e a Pastoral da Criança de Realeza, em 7 e 8 de fevereiro foi realizado o curso Produção Artesanal de Alimentos - Básico em Milho, com a instrutora Claudete Labonde. As aulas aconteceram na cozinha do Centro Paroquial Cristo Rei, de Realeza, com a participação de um grupo de 14 produtoras rurais.

UBIRATÃ



Mulher Atual

O Sindicato Rural de Ubitatã montou duas turmas do Programa Mulher Atual, a primeira no Distrito de Yolanda em parceria com a Associação Comunitária com a participação de 23 produtoras rurais. A instrutora é Neucy Malacrida. Na outra turma, com 21 mulheres, as aulas acontecem no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) de Ubitatã, e a instrutora é Luciane Pimentel.

TIBAGI



Forragicultura

O Sindicato Rural de Tibagi e o SENAR-PR promoveram o curso de Trabalhador na Forragicultura - estabelecimento, recuperação e reforma de pastagem. As aulas aconteceram nos dias 19, 20 e 28 de março, com uma carga horária de 24 horas. A turma de 11 produtores e trabalhadores rurais teve o professor Antônio Kreninski como instrutor.

SANTA ISABEL DO IVAÍ



Inclusão Digital

O Sindicato Rural em parceria com a Prefeitura de Santa Isabel do Ivaí realizou o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - Inclusão Digital – nível básico 16 horas. O curso foi dirigido aos produtores e trabalhadores rurais do município e oferecem conhecimentos necessários de informática que obtenham melhores resultados na gestão de seus negócios. As aulas aconteceram no Laboratório de Informática da Biblioteca Municipal do Distrito de São José do Ivaí nos dias 14 e 15 de março e contou com a participação de 14 alunos. O instrutor foi Clóvis Palozzi.

LAPA



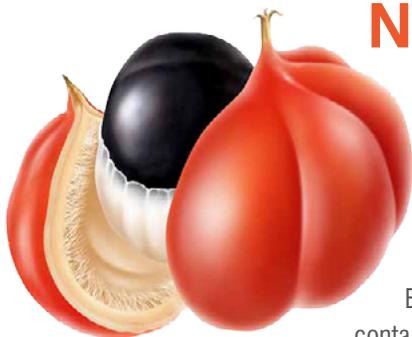
Aplicação de agrotóxico

Nos dias 18, 19 e 20 de fevereiro o Sindicato Rural da Lapa ofereceu o curso de Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos - tratorizado - de barras - NR 31. O curso foi realizado em parceria com a empresa Clone Viveiros. A turma de 15 produtores e trabalhadores rurais teve como instrutor Eder Paulo Arrabal Arias.



A Guerra do Chaco

Em 21 de julho de 1938, completa-se 78 anos da paz entre a Bolívia e Paraguai, que disputavam de 1932-1935 a região do Chaco, onde haveria petróleo. Até hoje não acharam o dito cujo. Foi o maior conflito bélico do século XX na América do Sul, onde morreram 60.000 bolivianos e 30.000 paraguaios. O Paraguai ficou com 3/4 do Chaco Boreal e a Bolívia ficou com um quarto da região.



Nectar amazônico

Originário da Amazônia, considerado um fruto sagrado pelos indígenas, os pequenos frutos vermelhos do guaraná são matérias-primas para refrigerantes e xaropes. Maués, no Amazonas, é chamada de terra do guaraná e possui uma das maiores taxas de longevidade do país, algo que é creditado ao uso desse fruto. Seus moradores plantam, colhem e transformam o guaraná em bastões. Em seguida, raspam na língua do pirarucu – conhecida como uma lixa natural por conta dos micro-dentes do peixe amazônico, sorvendo com água.

Uma família

São Paulo perde apenas para Xangai (China) no ranking das metrópoles mais caras do mundo para donos de carro, o levantamento foi feito pela revista inglesa "The Economist". O custo para o motorista da capital paulista comprar e manter um veículo por três anos seria de mais de US\$ 130 mil (R\$ 262 mil). Combustível, seguro, impostos, barbeiragens etc.



O algoz

Adolf Eichmann (um dos arquitetos do Holocausto) foi raptado na Argentina, onde vivia desde 1950, por agentes secretos israelitas liderados pelo Mossad (Serviços Secretos Israelitas). Foi condenado à morte em 15.12.1961, pelo Tribunal de Jerusalém, por crimes contra o povo judeu e a humanidade. E enforcado em 1 de Junho de 1962, na prisão de Ramla, perto de Tel Aviv na única exceção aberta pela lei israelita, que não prevê a pena de morte.



Tomate à bessa

Mais de 40 mil pessoas transformam a cidade de Buñol, região de Valência, conhecida como a horta da Espanha pela variedade de frutas e verduras e legumes cultivados, num imenso "tomatal", tradicional batalha de tomates realizada há 64 anos. São, em média, detonados 100 toneladas de tomates, que não resolveriam, mas ajudariam a baixar o preço por aqui.

Lisinha, lisinha...

Como é que o ferro consegue alisar uma roupa amassada? Simples: a energia elétrica é transformada em calor no ferro e, então, aquece as moléculas do tecido que estavam bem grudadas pela pressão da lavagem e depois pela secagem. As moléculas se esticam e ocupam um espaço maior. Os ferros com vapor ajudam a espalhar o calor e liberar a tensão mecânica das moléculas.



O fazendeiro e a sua mula

Um agricultor tinha uma esposa que lhe incomodava sem piedade. O único momento de alívio era quando ele estava arando com sua mula velha. Um dia, quando ele estava arando, sua esposa trouxe-lhe almoço no campo. Ele levou a velha mula para a sombra, sentou-se em um toco, e começou a comer. Sua esposa começou a reclamar, criticar, não parava.

De repente, a velha mula deu um coice na mulher acertando-a na nuca. Morte instantânea. No funeral, o padre notou algo bastante estranho. Quando uma mulher aproximava-se do velho fazendeiro, ele ouvia uns minutos, em seguida, acenava com a cabeça concordando. Quando um homem, ele ouvia por uns minutos, e em seguida, balançava a cabeça negativamente.

Após o funeral, o padre perguntou ao velho fazendeiro.

- Por que você acenou com a cabeça e concordou com as mulheres, mas sempre negou com a cabeça e discordou de todos os homens?

E o velho fazendeiro disse:

- Bem, as mulheres vinham e diziam algo de bom sobre minha esposa, ou como seu vestido era bonito, então eu acenava com a cabeça de acordo.

- E os homens? , o padre pediu.

- Eles queriam saber se a mula estava à venda.

Refrescando....

As pastilhas Valda foram inventadas em 1902 pelo farmacêutico Henri Canonne.

Chegaram ao Brasil em 1914 e a partir de 1925 foram importadas da França. Somente em 1936 obteve registro como remédio. As pastilhas ficaram famosas pela voz do apresentador César de Alencar, da Rádio Nacional, a partir de 1949. Desde então, apenas mudando de embalagem, frequentam as prateleiras das farmácias do Brasil refrescando as gargantas dos brasileiros.



Santo remédio

A chegada do gengibre no Brasil é atribuída por muitos autores às invasões holandesas que ocorreram por volta de 1625, em Pernambuco. É cultivado no litoral do Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná e no sul de São Paulo. O povo afirma que é bom para a gripe, tosse, resfriado e até ressaca. Banhos e compressas quentes de gengibre são indicados para aliviar os sintomas de gota, artrite, dores de cabeça e na coluna, além de diminuir a congestão nasal. Seria recomendado também para cólicas menstruais, prevenindo o câncer de intestino e ovários. Se bobear até pra unha encravada...





Supersticioso, eu?

A superstição é um fenômeno que em maior ou menor grau está estabelecida na cultura popular de todos os países. Ou seja cada louco europeu, asiático, americano ou latino-americano com sua mania. O ditado espanhol “Yo no creo en brujas, pero que las hay, las hay” (Eu não acredito em bruxas, mas que elas existem, existem), explica bem o que muitos negam, escondem, mas no fundo, no fundo...preferem não arriscar. Afinal, numa dessas...

Alguns buscam o aprofundamento da superstição dos brasileiros às nossas raízes africanas, no período colonial, mas certamente não são deles a mania de se entrar em casa nova com o pé direito ou como fazem os jogadores de futebol se benzer e não pisar no gramado com o pé esquerdo. Gato preto se atravessar, nem pensar, muito menos passar embaixo de escada ou quebrar espelho (vige....sete anos de azar).

É um vale tudo, como Roberto Carlos detestar as cores marrom e preto ou o número 13, e jamais dizer as palavras “azar” e “mau”. Jô Soares inclina quadros de parede para direita, sempre fora de prumo, enquanto Antônio Fagundes usa só cuecas vermelhas. Sem esquecer a fama de Zagalo que “temos de engolir”.



Numa herança que vai se sucedendo de pai e mãe para os filhos e filhas reina aquele vaso esperto de 7 ervas perto do portão ou na entrada do apartamento, básico para evitar surpresas desagradáveis. Uma arrudinha ali, um alecrim pertinho, a comigo-ninguém-pode e a espada de são-jorge para equilibrar, a pimenta ao centro, mais o manjeriço e a guiné. Pronto, não há olho gordo, mau olhado e inveja que resistam.

Mas tem supersticiosos que ampliam as “defesas”. Há opções para todos os gostos: leitura de cartas de baralho, búzios, despachos em encruzilhadas videntes e as indefectíveis três batidas na madeira. A tese é de que tudo que abunda não prejudica. Mas é bom trabalhar que superstição não enche barriga e não há almoço de graça.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|-------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br